

ARTIGO

O combate ao aquecimento global e seus benefícios

**Rafael Kelman
Jerson Kelman**

A queima de combustíveis fósseis a partir da Revolução Industrial é a causa do acúmulo na atmosfera dos Gases de Efeito Estufa (GEE). O principal deles é o dióxido de carbono, cuja concentração na atmosfera aumentou 20% desde que começou a ser medida há 50 anos. A maioria dos cientistas correlaciona a emissão dos GEE com a elevação média da temperatura da Terra. Mas não é posição unânime. Alguns atribuem esse aumento a causas naturais, por exemplo, flutuações da atividade solar ou variação da inclinação do eixo da Terra. De todo o modo, há consenso de que as emissões desses gases agravam o aquecimento global.

Existe um grande debate sobre a evolução da temperatura terrestre ao longo do tempo, quais os impactos nas diferentes partes do planeta e quais as ações que devem ser adotadas de maneira a mitigar os efeitos negativos do aquecimento global. O cenário de referência do IPCC – espécie de projeção média de um grande número de cientistas – estima um aumento médio de 2,6 graus Celsius na temperatura da Terra até o ano 2100 e que o valor presente dos prejuízos causados pelo aquecimento global é de US\$ 20 trilhões.

A maior parte das emissões mundiais provém do setor energético: produção de energia elétrica, indústria de petróleo e gás, transporte e indústria de transformação. A China constrói por ano usinas elétricas que equivalem à metade de toda a capacidade instalada brasileira. Como 70% destas usinas utilizam o carvão, a menos que haja um avanço tecnológico no curto prazo, só será possível reduzir as emissões chinesas com diminuição do ritmo de crescimento econômico.

Já o Brasil possui uma matriz

energética bem mais “limpa”, com forte participação de fontes renováveis. Por este motivo, 75% das emissões de GEE do país estão relacionadas ao desmatamento e às queimadas. Como pouca riqueza é gerada com estas atividades – em grande escala predatórias e insustentáveis – ao contrário dos demais, o nosso país pode reduzir suas emissões de GEE com pequeno impacto econômico. Na realidade, a governança eficaz sobre o uso dos recursos naturais, principalmente do solo, provavelmente aumentará a riqueza gerada pela floresta. O Brasil pode rapidamente e sem muito esforço, cair no ranking dos maiores emissores mundiais.

A boa notícia é que uma recente lei permite que áreas de florestas públicas na Amazônia sejam concedidas a agentes privados para que explorem a madeira e outros recursos naturais de forma sustentável. Trata-se de promissora iniciativa para reverter o ritmo do desmatamento e conseqüentemente das emissões de GEE. O agente passa a ser responsável pela área da concessão e elimina-se a atual situação em que a “floresta é de ninguém”.

Os países desenvolvidos que assinaram o Tratado de Kyoto se comprometeram com uma trajetória de redução para atingir em 2012 um nível de emissão global 5% inferior ao que existia em 1990. Os mais eficientes, que consigam reduzir mais rápido do que a sua respectiva trajetória, se habilitam a vender o “crédito de carbono” para os menos eficientes.

Se o Brasil aceitasse as mesmas obrigações e, naturalmente, as mesmas possibilidades de comércio de carbono reservadas aos países desenvolvidos, estaríamos em posição privilegiada. No nosso caso é possível reduzir significativamente as emissões sem passar por uma custosa modificação da matriz energética.